



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 16.07.2014

**Proc. n.º:** 164 – SI 092/14

**Horário início:** 8h30min

**Término:** 9h30min

**Assunto:** reunião para saber se há tramitação de ações, por parte do CIS/Caí e da Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí – AMVARC, visando implantação de videomonitoramento com abrangência regional

**Requerente:** Ver. Roberto Braatz (PDT).

**Convidados:** Direção do CIS/Caí e da AMVARC; conforme Requerimento n.º 070/2014.

**Presentes:** Lista de presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** Inicialmente, o Vereador Roberto Braatz comentou que muito se fala de videomonitoramento no âmbito local, em cada município, quando se acenou com a possibilidade de abrangência regional, onde haveria inserção inclusive nas localidades. Não seria só uma integração regional na entrada de cada município, pois dentro de cada município também haveria câmeras. Aqui na Câmara foi apresentado um projeto do Consórcio CIS/Caí, apresentado, na época, por um comandante da Brigada Militar. Depois disso, não se ouviu falar nada de mais concreto. Afirmou que aquele projeto seria o ideal pela integração no monitoramento entre as cidades. Todos os municípios deveriam de maneira uniforme se juntar para que este projeto fosse concretizado e não aquelas coisas esparsas em cada município, que é bom, mas que está longe do ideal. Falou que o objetivo era o de verificar a posição atual da implantação desse projeto, se é vontade ainda dos prefeitos do Vale do Caí, enquanto entidade, e do CIS/Caí, que estava à frente desse projeto. O Presidente da Casa, Vereador Renato Kranz (PMDB), apontou que existe preocupação nessa área há muito tempo. Fez um apanhado do que saiu na imprensa, desde dois mil e cinco, de todos os movimentos que foram realizados até o presente momento em Montenegro e na região. Falou da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que está em andamento. O primeiro depoente foi o Coronel Mantovani, que explicara tudo o que fora feita na década de dois mil em relação à importância do videomonitoramento como instrumento de segurança pública. Revelou que esse mesmo modelo do videomonitoramento regional foi implantado no litoral gaúcho, os prefeitos dos municípios do litoral levaram esse projeto para Brasília, conseguiram os recursos para sua implantação. Disse que foi buscar informações de como está implementado e descobriu que ele está funcionando de forma extremamente precária em função da questão da manutenção do equipamento e do sistema. A implantação do sistema em nível federal tem a possibilidade mediante recursos federais. Tem municípios que se comprometem e fazem a manutenção, mas outros não. Assim, deixa de ser um instrumento de segurança, não passando de boa intenção, sendo o risco que se corre. Citou os municípios na região que implantaram o sistema de videomonitoramento. Afirmou que é um instrumento extremamente necessário, uma tecnologia que precisa ser implantada nos municípios. Asseverou que o projeto do CIS/Caí foi protocolado no Ministério da Justiça pela AMVARC em dezembro de dois mil e nove, seriam cento e vinte e nove câmeras nos dezenove municípios. Em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes**  
Capital do Tanino e da Citricultura”



Montenegro, seriam vinte e três câmeras. Leu o seguinte trecho de documento datado de dois mil e dez: “acessando a página do Sistema de Gestão de Convênios – SISCOV, Cristina Kroos Vila Nova, que é Coordenadora Geral de Prevenção à Violência do Ministério da Justiça. Cristina apresentou os principais problemas apresentados na proposta. ‘As abas do cronograma físico, cronograma de desembolso, plano de aplicação detalhado, anexo ao projeto básico, termo de referência, encontram-se sem preenchimento ou documentos anexados’, salienta ela. Ela destacou ainda que não foi apresentado nenhuma informação ou detalhamento em que materiais ou serviços seriam aplicados os recursos pleiteados junto ao governo federal. ‘O fato de algum município estar no cadastro de inadimplente não impediria a análise de projetos pela secretaria’, garantiu Cristina. Segundo a Coordenadora, uma nova proposta deve ser apresentada. O diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO, Alberto informou que o Ministério está passando por um contingenciamento de recursos. Se houver recursos, novos editais serão lançados”. Depois os prefeitos da região foram à Brasília e ficaram estarrecidos com o que viram lá, o projeto nem foi à análise no Ministério. Segundo o Vereador, foi um grande engodo apresentado para a população pelo então presidente do CIS/Caí, Oregino Francisco. Em função disso, os municípios que estavam com projetos no Ministério pararam com seus projetos. Pediu que os convidados expusessem qual é a real situação hoje desse projeto. A Prefeita de Salvador do Sul e Presidenta do Consórcio, Carla Specht, anunciou que retomaram o projeto do videomonitoramento, fizeram todo o caminho para saber quais são as etapas, o que devem efetivamente apresentar e como construir esse projeto. Tiveram uma conversa com o Coronel Mantovani. Havia a ideia de formar uma comissão para procurar *know-how* junto às universidades para construção desse projeto. Quando da visita à Secretaria de Segurança Pública – SSP/RS, viram que, para ter a aprovação desse projeto, ele precisaria ser elaborado com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, através de um responsável técnico. Em função disso, mudaram os caminhos e elaboraram um edital para licitação. Antes disso, estão buscando uma pré-adesão dos municípios. Esclareceu que o projeto pretende a implantação do videomonitoramento nos municípios do Vale do Caí e também alguns outros consorciados que fazem parte da rota das portas de entrada e saída do Vale do Caí, que esse projeto seja inteligente no sentido de que haja uma interligação entre as passagens dentro dos municípios e das regiões. A ideia é manter cinco núcleos com a centralização toda aqui em Montenegro pelo CRPO. Disse que é uma ferramenta para contribuir com a segurança e o trabalho da BM. Contou que estão buscando as adesões dos restantes dos municípios e que o CIS/Caí tem valor reservado para pagar pela construção desse projeto. Estabeleceram critérios do que querem no projeto e estarão lançando o edital de licitação para contratação, em face de que o projeto que existia não fora avaliado pela SSP/RS e esse foi um dos grandes entraves para que não houvesse a aprovação. O objetivo é deixar construído o projeto, buscar a apreciação e aprovação do novo projeto na Secretaria de Segurança Nacional do Ministério da Justiça. O secretário executivo do CIS/Caí, Agenor Rigon, disse que este novo projeto não guarda nenhuma relação com o projeto anterior. Irão utilizá-lo como subsídio para algumas questões, resgatando alguma coisa. No entanto, alegou que se constatou que o projeto tinha



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**"Montenegro Cidade das Artes**  
Capital do Tanino e da Citricultura"



falhas técnicas muito grandes, não houve a complementação de informações. Falou que está sendo totalmente refeito por uma empresa de engenharia, com o custo do projeto bastante elevado. Para não frustrar novamente, não gerar expectativas e depois novamente não se concretizar, estão buscando a adesão dos municípios. Por isso, a Presidenta tem tido um cuidado muito grande em não divulgar. Reforçou que a intenção é a de primeiro concretizar a contratação dessa empresa para esperar pelo anúncio. Carla explicou que o fato de algum município já ter o videomonitoramento implantado não impede a adesão, porque o sistema possibilita a técnica de conversação entre as regiões e os municípios, através de fibra ótica, para que se tenha um sistema fechado e inteligente. Aquilo que já está implantado será utilizado porque existe um número básico de câmeras que serão disponibilizadas para cada município, principalmente nas entradas e saídas das cidades. Agenor acrescentou que o avanço tecnológico é bem diferente daquele projeto anterior. A empresa de engenharia vai acompanhar desde o início até o final esse projeto. O Vereador Braatz fez os seguintes questionamentos: quantos municípios já aderiram; como está sendo feito o contato; se houve negativas; e quando começou esse contato de adesão. Carla contou que faz uns três meses, nas reuniões da AMVARC, onde fizeram uma consulta genérica. A partir desse momento, começaram a visitar os municípios para esclarecer quais são as intenções do projeto encabeçado pelo Consórcio, bem como o grau de participação dos municípios. O CIS/Caí vai bancar o projeto básico a partir do qual serão buscados os recursos federais. Disse que o objetivo era esclarecer os municípios que todos têm que construir o sistema integrado de segurança, que todos têm a responsabilidade da manutenção do equipamento. Comunicou que ainda não conseguiram visitar todas as cidades. O Vereador Braatz reforçou que representantes da Brigada Militar apresentaram o projeto antigo, mostrando que havia respaldo das forças de segurança. Carla confirmou que esse projeto fora apresentado, mas que ele se constitui em acervo dos projetos da cidade de Montenegro. O Coronel Mantovani está trabalhando junto com o Consórcio. Disse não saber quem se responsabilizara pelo andamento do processo, mas que houvera encaminhamentos meio estranhos desse projeto, ou que não foram pelo caminho mais curto, pois não adianta levar o projeto a Brasília se não tem apreciação daqui. Se as abas não estavam completas, isso significa que o objeto do projeto foi cadastrado, mas não foi instruído, ou seja, que não houve apresentação do projeto em si. O Vereador Braatz perguntou quantas câmeras estão previstas por município. A Prefeita de Salvador do Sul explicou que as entradas da cidade farão parte do projeto regional. Na parte interna, o município terá que se responsabilizar, pois, caso contrário, terão um montante tão grande de recursos que não terão sucesso na empreitada. Hoje, talvez, se chegue a dezesseis milhões de reais. Estão trabalhando entre doze a dezesseis milhões, o que dá em torno de cento e trinta e seis câmeras. O Vereador Kranz comentou que o projeto anterior previa cento e vinte e nove câmeras e dezenove equipamentos de OCRs. Em Montenegro, estava previsto a instalação de vinte e três câmeras, compreendendo as rodovias e as vias internas da cidade. Perguntou se o sistema regional será feito por fibra ótica. Braatz acrescentou o seguinte questionamento: os sistemas que serão implantados nos municípios terão a capacidade de se comunicarem entre si? Carla



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes**  
Capital do Tanino e da Citricultura”



explicou que há ainda que fazer esses estudos todos, essa análise será feita a partir da realidade de cada município. É necessário que seja por fibra ótica, dada a necessidade de que se tenha um sistema seguro, transmissão imediata dos dados, bem como a questão de privacidade, razão pela qual o sistema precisa ser fechado e monitorado exclusivamente pela BM. Reiterou que ele tem que ser inteligente, com possibilidade de conversação. Vaticinou que aquilo que for diferente disso, não pode ser utilizar. O Presidente da Casa comentou que o projeto, elaborado pelo engenheiro Ézio, é chamado de arquitetura aberta, que é um sistema que consegue integrar outros sistemas locais. Agenor contou que ontem esteve na cidade a empresa que estão em tratativas para contratar, e o seu responsável falava sobre isso. Contou que a Prefeita de Portão, em visita, mostrou-se decidida a parar com seu projeto municipal e aderir ao do CIS/Caí, o que deve ser seguido pelos demais municípios a partir do momento que este projeto estiver implementado, adequando-os a este. O peemedebista perguntou se há garantia de que o governo federal vai aportar esse recurso? Carla respondeu que não. Existe uma conversação que está sendo feita. Segundo a Presidenta, o Consórcio conta com o apoio da SSP/RS. Além disso, estão buscando apoio político. O pedetista cobrou que é necessário fixar prazos, mesmo que não se queiram criar falsas expectativas, a fim de que se trabalhe para sua concretização. Agenor contou que ontem o engenheiro disse que caso a licitação seja homologada até quinze de agosto, antes das eleições se consegue entregar o projeto pronto. Carla revelou que um engenheiro está colaborando com o Consórcio para a construção do objeto. Destacou que será uma licitação em que todos os interessados poderão participar, sem que se saiba quem será contratado. Agenor revelou que se basearam em outros dois consórcios que fizeram o mesmo projeto, do Município de Lajeado e da região de Palmeiras das Missões. A Presidenta do Consórcio declarou que usaram como exemplo os outros consórcios, em que lhes foram repassadas informações e experiências levadas em conta na elaboração do edital. Agenor disse que a previsão de custo para a elaboração desse projeto é entre trezentos a trezentos e cinquenta mil reais. Desse valor, cinquenta mil reais serão repassados pelo Consórcio e o restante será incluído no valor de repasse do Ministério. Carla mostrou receio com essas projeções, pedindo para cuidar com essas minúcias, pois é um contrato de risco. A empresa que vencer o certame licitatório vai receber do Consórcio cinquenta mil reais e, depois, quando da execução, receberá o restante. Ponderou que não se sabe como isso vai acontecer, se será repassado pelos próprios municípios ou com recursos federais. Sobre a apuração de responsabilidade dos gestores do antigo projeto, o Secretário esclareceu que eles estavam trabalhando de forma voluntária, propondo esquecer o que aconteceu e se centrar na elaboração do novo projeto. Carla externou que a previsão é a de que o edital seja lançado na próxima semana. O proponente da reunião mencionou que lhe causou surpresa de que o governo do estado, a SSP/RS, não seja o protagonista deste trabalho, de criar essa rede. Segundo Braatz, teria que ser um projeto que partisse deles, pois eles têm uma equipe técnica para isso, pois o projeto precisa ser analisado e aprovado por eles, com aportes de recursos do governo. Bem ou mal, foi a partir do CIS/Caí, na gestão do Oregino, que outros consórcios buscaram a implantação de um projeto



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**"Montenegro Cidade das Artes**  
**Capital do Tanino e da Citricultura"**



nesses moldes. Agenor comentou que esses projetos que estão lá dos outros consórcios têm aportes de recursos do estado. O do CIS/Caí é recurso federal e precisa da aprovação do estado. Considerou que as cidades do litoral copiaram integralmente o projeto antigo, mas os recursos foram apenas para o outro consórcio. Reconheceu que se perderam nesses meandros, por falta de complementação de dados. A Prefeita de Salvador destacou que, juntamente com o projeto do videomonitoramento, encaminharão uma moção dos municípios pelo efetivo da BM, pois na região as vagas não estão sendo abertas, pedindo que, na medida do possível, se ampliem as vagas, pois não se tem um efetivo suficiente para fazer o plantão, aproveitando o momento da discussão da segurança pública. O Vereador Braatz solicitou que a Presidenta encaminhasse cópia da moção para os Vereadores, para o Poder Legislativo se irmanar nessa preocupação. Por fim, o Secretário do Consórcio ressaltou que, naquela época, foi tão importante os caminhos para que se tivesse esse projeto de videomonitoramento que todo o estatuto do Consórcio foi alterado, pois ele só podia atuar na área da saúde, tendo que ampliar seu objetivo, se tornando multifuncional, para que pudesse atuar também na área da segurança. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Roberto Braatz**  
**PDT**

**Ver. Renato Antonio Kranz**  
**Presidente.**